

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ
Medianeira/PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ
CNPJ/MF nº 78.414.067/0001-60

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	2.119.683	1.774.391	CIRCULANTE	1.069.063	889.000
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	35.746	30.207	DEPÓSITOS (NOTA 11)	543.966	376.485
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	853.033	720.130	Depósitos à Vista	405.765	319.109
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	7	Depósitos Interfinanceiros	52.473	-
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	200	33	Depósitos a Prazo	85.728	57.376
Correspondentes no país	1.765	1.161	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	337.698	338.250
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	851.068	718.929	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	1.083.393	914.089	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	337.698	338.203
Operações de Crédito	1.142.158	961.911	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	4.725	2.721
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(58.765)	(47.822)	Recursos em Trânsito de Terceiros	4.725	2.721
OUTROS CRÉDITOS	135.727	101.365	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	-	21.815
Créditos por Avais e Fianças Honrados (NOTA 06)	266	790	Empréstimos País - Outras Instituições	-	21.815
Rendas a Receber	4.535	4.695	OUTRAS OBRIGAÇÕES	182.674	149.729
Diversos (NOTA 06 e 07)	133.144	97.883	Cobrança e Arrecadação de Tributos	515	728
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(2.218)	(2.003)	Sociais e Estatutárias	23.225	19.881
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	11.784	8.600	Fiscais e Previdenciárias	5.781	3.446
Outros Valores e Bens	13.661	10.371	Diversas (NOTA 14)	153.153	125.674
(Provisão para desvalorização)	(1.928)	(1.928)			
Despesas Antecipadas	51	157			
NÃO CIRCULANTE	1.124.683	745.043	NÃO CIRCULANTE	1.732.617	1.249.184
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.124.683	745.043	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.732.617	1.249.184
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	103.586	1.781	DEPÓSITOS (NOTA 11)	1.551.238	1.190.303
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	103.586	1.781	Depósitos Interfinanceiros	80.400	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	842.984	602.762	Depósitos a Prazo	1.470.838	1.190.303
Operações de Crédito	873.531	623.073	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	176.031	53.533
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(30.547)	(20.311)	Repasse Interfinanceiros	176.031	53.533
OUTROS CRÉDITOS	59	100	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14)	5.348	5.348
Diversos (NOTA 06 e 07)	59	101	Diversas	5.348	5.348
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	-	(1)			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	57.169	49.883	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	442.686	381.250
Outros Investimentos	57.169	49.883	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	148.635	127.697
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	106.152	74.276	De Domiciliados no País	151.128	128.020
Imóveis de Uso	48.753	39.315	(Capital a Realizar)	(2.493)	(323)
Outras Imobilizações de Uso	91.747	62.334	RESERVAS DE SOBRAS	272.222	232.318
(Depreciação acumulada)	(34.348)	(27.373)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	21.829	21.235
INTANGÍVEL (NOTA 10)	14.733	16.241			
Outros Ativos Intangíveis	31.819	29.643			
(Amortização acumulada)	(17.086)	(13.402)			
TOTAL DO ATIVO	3.244.366	2.519.434	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.244.366	2.519.434

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ
CNPJ/MF nº 78.414.067/0001-60

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	187.359	-	187.359	358.101	11	358.112	282.954	1	282.955
Operações de Crédito	186.898	-	186.898	357.485	11	357.496	282.862	1	282.863
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	394	-	394	450	-	450	16	-	16
Resultado das Aplicações Compulsórias	67	-	67	166	-	166	76	-	76
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(84.518)	(141)	(84.659)	(163.955)	(268)	(164.223)	(132.065)	(219)	(132.284)
Operações de Captação no Mercado	(42.239)	(141)	(42.380)	(80.226)	(268)	(80.494)	(65.476)	(219)	(65.695)
Operações de Empréstimos e Repasses	(13.585)	-	(13.585)	(26.302)	-	(26.302)	(24.992)	-	(24.992)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(28.694)	-	(28.694)	(57.427)	-	(57.427)	(41.597)	-	(41.597)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	102.841	(141)	102.700	194.146	(257)	193.889	150.889	(218)	150.671
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/ DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(71.143)	10.610	(60.533)	(124.805)	21.012	(103.793)	(86.465)	17.522	(68.943)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	16.943	26.112	43.055	34.174	52.062	86.236	30.909	42.134	73.043
Rendas de Tarifas Bancárias	15.581	-	15.581	29.040	-	29.040	22.933	-	22.933
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(48.639)	(5.138)	(53.777)	(90.661)	(10.131)	(100.792)	(71.069)	(8.116)	(79.185)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(51.960)	(6.927)	(58.887)	(97.275)	(13.082)	(110.357)	(80.378)	(11.504)	(91.882)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(415)	(1.343)	(1.758)	(1.514)	(2.767)	(4.281)	(1.464)	(2.257)	(3.721)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	35.467	716	36.183	67.447	134	67.581	64.585	1.582	66.167
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(38.120)	(2.810)	(40.930)	(66.016)	(5.204)	(71.220)	(51.981)	(4.317)	(56.298)
RESULTADO OPERACIONAL	31.698	10.469	42.167	69.341	20.755	90.096	64.424	17.304	81.728
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	505	16	521	473	291	764	(37)	395	358
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	32.203	10.485	42.688	69.814	21.046	90.860	64.387	17.699	82.086
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(866)	(866)	-	(5.193)	(5.193)	-	(1.235)	(1.235)
Provisão para Imposto de Renda	-	(496)	(496)	-	(3.192)	(3.192)	-	(673)	(673)
Provisão para Contribuição Social	-	(370)	(370)	-	(2.001)	(2.001)	-	(562)	(562)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(6.539)	-	(6.539)	(12.575)	-	(12.575)	(10.404)	-	(10.404)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	25.664	9.619	35.283	57.239	15.853	73.092	53.983	16.464	70.447
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	15.853	(15.853)	-	16.464	(16.464)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	25.664	9.619	35.283	73.092	-	73.092	70.447	-	70.447
DESTINAÇÕES	-	-	-	(51.263)	-	(51.263)	(49.212)	-	(49.212)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(8.240)	-	(8.240)	(7.775)	-	(7.775)
Fates - Estatutário	-	-	-	(3.119)	-	(3.119)	(3.034)	-	(3.034)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(37.422)	-	(37.422)	(36.403)	-	(36.403)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.000)	-	(2.000)	(2.000)	-	(2.000)
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	(482)	-	(482)	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	21.829	-	21.829	21.235	-	21.235

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ

CNPJ/MF nº 78.414.067/0001-60

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	117.700	193.915	11.156	322.771
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	5.504	-	(10.971)	(5.467)
Outras destinações	-	-	(185)	(185)
Capital de associados				
Aumento de capital	5.830	-	-	5.830
Baixas de capital	(5.168)	-	-	(5.168)
Resultado do período	-	-	70.447	70.447
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(3.034)	(3.034)
Reserva Legal - Estatutária	-	36.403	(36.403)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.831	-	(7.775)	(3.944)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.000	(2.000)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	127.697	232.318	21.235	381.250
Mutações do Período	9.997	38.403	10.079	58.479
Saldos no início do período em 01/01/2019	127.697	232.318	21.235	381.250
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	10.478	-	(20.902)	(10.424)
Outras destinações	-	-	(333)	(333)
Capital de associados				
Aumento de capital	9.301	-	-	9.301
Baixas de capital	(6.896)	-	-	(6.896)
Resultado do período	-	-	73.092	73.092
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(3.119)	(3.119)
Reserva Legal - Estatutária	-	37.422	(37.422)	-
Juros sobre o Capital Próprio	8.055	-	(8.240)	(185)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.000	(2.000)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	482	(482)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	148.635	272.222	21.829	442.686
Mutações do Período	20.938	39.904	594	61.436
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	137.579	232.318	37.809	407.706
Capital de associados				
Aumento de capital	6.833	-	-	6.833
Baixas de capital	(3.832)	-	-	(3.832)
Resultado do período	-	-	35.283	35.283
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(3.119)	(3.119)
Reserva Legal - Estatutária	-	37.422	(37.422)	-
Juros sobre o Capital Próprio	8.055	-	(8.240)	(185)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.000	(2.000)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	482	(482)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	148.635	272.222	21.829	442.686
Mutações do Período	11.056	39.904	(15.980)	34.980

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi
CNPJ/MF nº 78.414.067/0001-60

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	52.884	107.629	92.896
Resultado do semestre/exercício	35.283	73.092	70.447
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	17.601	34.537	22.449
Provisão para operações de crédito	12.232	21.179	15.929
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	-	-	(1)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	230	214	(1.283)
Depreciação do imobilizado de uso	4.799	8.903	6.626
Amortização do intangível	1.926	3.684	3.174
Baixas do ativo permanente	227	1.936	817
Provisão para passivos contingentes	1.439	1.538	177
Destinações ao FATES	(3.119)	(3.118)	(3.034)
Dividendos SicrediPar	(133)	201	44
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	105.025	90.763	(117.416)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(99.449)	(101.805)	(1.716)
Redução em relações interfinanceiras ativas	17.992	7	32
(Aumento) Redução em créditos vinculados	109	(167)	75
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(443)	(603)	477
(Aumento) em operações de crédito	(206.830)	(430.706)	(408.066)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	89.168	121.946	(23.676)
(Aumento) em outros créditos	(25.319)	(34.737)	(33.994)
(Aumento) em outros valores e bens	(1.478)	(3.185)	(327)
Aumento em depósitos	296.406	528.416	295.499
Aumento em relações interdependências passivas	728	2.004	80
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	(21.815)	5.378
Absorção de dispêndios pelo FATES	(711)	(3.034)	(2.231)
Aumento em outras obrigações	34.852	34.442	51.053
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	157.909	198.392	(24.520)
Aquisição de Investimentos	(7.286)	(7.286)	(5.538)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(20.105)	(42.715)	(24.629)
Aplicações no Intangível	(742)	(2.176)	(7.129)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(28.133)	(52.177)	(37.296)
Integralização de capital	6.833	9.301	5.830
Baixa de capital	(3.832)	(6.896)	(5.168)
Juros ao capital próprio	(185)	(185)	(3.944)
Distribuição de Sobras	-	(10.757)	(5.652)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	2.816	(8.537)	(8.934)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	132.592	137.678	(70.750)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	754.222	749.136	819.886
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	886.814	886.814	749.136

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 17/11/1983 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 28 de Janeiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	35.746	30.207
Caixa	35.746	30.207
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	851.068	718.929
Total	886.814	749.136

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI(2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	103.586	1.781
DI entre Banco e Cooperativas	103.586	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	1.781
Total não circulante	103.586	1.781

(i) Refere-se basicamente a aplicações que as Cooperativas realizam no Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades) e antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração de 100% e 105% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	661.338	578.527	1.239.865	973.859
Financiamentos	115.949	167.002	282.951	247.192
Financiamentos rurais e agroindustriais	364.871	128.002	492.873	363.933
Carteira total	1.142.158	873.531	2.015.689	1.584.984

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	266	-	266	790
Devedores por compra de valores e bens	66	30	96	396
Títulos e créditos a receber (i)	119.561	29	119.590	85.373
Total	119.893	59	119.952	86.559

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	326	279	-	-
Nível A	0,50	882.431	614.034	4.412	3.070
Nível B	1,00	828.271	671.834	8.283	6.718
Nível C	3,00	258.216	258.712	7.746	7.762
Nível D	10,00	75.697	62.892	7.570	6.289
Nível E	30,00	24.228	16.495	7.268	4.949
Nível F	50,00	11.762	6.747	5.881	3.374
Nível G	70,00	14.466	8.583	10.126	6.008
Nível H	100,00	40.244	31.967	40.244	31.967
Total		2.135.641	1.671.543	91.530	70.137

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019					2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	23.295	161.808	195.617	318.447	699.167	549.771
Rural	1.913	21.663	341.295	128.002	492.873	363.933
Industrial	284	17.800	22.574	26.081	66.739	61.783
Comércio	5.333	89.236	135.768	175.634	405.971	371.145
Outros Serviços	4.328	96.013	145.124	225.425	470.890	324.911
Total	35.153	386.520	840.378	873.589	2.135.640	1.671.543

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	133.161	6,24	133.569	7,99
50 devedores seguintes	212.511	9,95	193.239	11,56
100 devedores seguintes	174.909	8,19	151.033	9,04
Demais	1.615.060	75,62	1.193.702	71,41
Total	2.135.641	100	1.671.543	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	70.137	55.491
Constituição de provisão	57.427	41.597
Movimentação de baixados para prejuízo	(36.034)	(26.951)
Saldo final	91.530	70.137

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 13.332 (2018 - R\$ 13.587), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 85.095 (2018 - R\$ 43.889).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	2.825	2.312
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	3.421	1.907
Devedores por compra de valores e bens	66	305
Devedores por depósitos em garantia	4.273	2.346
Impostos e contribuições a compensar	129	129
Títulos e créditos a receber (ii)	119.561	85.363
Operações com cartões	1.595	1.944
Pendências a regularizar	109	1.924
Outros	1.165	1.653
Total Circulante	133.144	97.883

Devedores por compra de valores e bens	30	91
Títulos e créditos a receber	29	10
Total não circulante	59	101

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	12.783	10.012
Imóveis	12.643	8.944
Veículos e afins	128	354
Máquinas e equipamentos	12	3
Bens em regime especial	-	711
Material em estoque	878	359
Despesas antecipadas	51	157
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(1.928)	(1.928)
Total Circulante	11.784	8.600

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 1.928 (2018 - R\$ 1.928) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	36.385	29.099
Sicredi Participações S.A.	20.782	20.782
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	57.169	49.883

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	6.763.975 ON 14.017.200 PN	6.763.975 ON 14.017.200 PN	2 Quotas	2 Quotas	36.385.494 Quotas	29.099.463 Quotas
Percentual de participação	1,97%	2,36%	1,24%	1,24%	11,48%	12,80%
Capital social	969.491	880.597	164	164	317.064	227.306
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	318.570	228.806
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	-	-
Valor do investimento	20.782	20.782	2	2	36.385	29.099

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	140.500	(34.348)	106.152	74.276
Imobilizações em curso	-	15.717	-	15.717	12.380
Terrenos	-	21.482	-	21.482	6.335
Edificações	4%	27.271	(8.079)	19.192	25.995
Instalações	10%	24.315	(7.578)	16.737	9.654
Móveis e equipamentos de uso	10%	28.367	(7.293)	21.074	12.242
Sistema de comunicação	10%	338	(106)	232	684
Sistema de processamento de dados	20%	18.640	(9.781)	8.859	4.854
Sistema de segurança	10%	2.902	(853)	2.049	1.409
Sistema de transporte	20%	1.468	(658)	810	723
Intangível (i)		31.819	(17.086)	14.733	16.241
Investimentos Confederação		31.819	(17.086)	14.733	16.241
Total		172.319	(51.434)	120.885	90.517

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	405.765	-	-	405.765	319.109
Depósitos Interfinanceiros (i)	52.473	-	80.400	132.873	-
Depósitos a prazo	22.544	63.184	1.470.838	1.556.566	1.247.679
Total	480.782	63.184	1.551.238	2.095.204	1.566.788

(i) Refere-se a operações entre a Cooperativas e Banco, Central e demais Cooperativas.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	337.698	338.203
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	337.698	338.203
Total circulante	337.698	338.203
Recursos do Crédito Rural	176.031	53.533
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	176.031	53.533
Total não circulante	176.031	53.533

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/05/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	-	21.815
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	-	21.815
Total circulante	-	21.815

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	220	8.112
Obrigações por convênios oficiais	39	15
Provisão para pagamentos a efetuar	13.536	11.458
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	3.585	2.047
Outras Contingências	6	8
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	6.414	6.768
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	222	252
Pendências a regularizar	782	1.807
Operações com cartões	114.827	84.860
Demais fornecedores	3.349	2.931
Credores diversos	10.173	7.416
Total circulante	153.153	125.674
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	5.348	5.348
Total não circulante	5.348	5.348

(i) Refere-se a obrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente

NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	1.280	2.071	(920)	2.431
Cível	767	1.229	(842)	1.154
Total	2.047	3.300	(1.762)	3.585

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	2.431	1.280
Cível	Provável	1.154	767
Total		3.585	2.047

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 762; R\$ 1.264; R\$ 61 (2018 - R\$ 1.062, R\$ 1.120 e R\$ 61), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	148.635	127.697
Total de associados	154.890	130.781

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 20.938 (2018 – R\$ 9.997), sendo R\$ 18.533 (2018 – R\$ 9.335) via integralização de resultados e R\$ 9.301 (2018 – R\$ 5.830), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 6.896 (2018 – R\$ 5.168).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,15% em Conta capital, no montante de R\$ 8.240, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 482 (R\$ 0 em dezembro de 2018), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	78.285	71.682
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(31.314)	(30.106)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	175	81
Provisão resgate de milhas cartão	104	(281)
Brindes e Doações	(393)	(224)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(43)	255
Receita com atos cooperativos	22.896	22.673
Juros sobre capital próprio	3.296	3.266
Prejuízo fiscal	8	1.268
Lucros e dividendos	53	141
Outros	25	25
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	1.669
Subtotal	26.121	28.872
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(5.193)	(1.235)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	103.586	1.781
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	851.068	718.929
Outros Créditos - Rendas a receber	3.663	3.739
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	3.667	2.696
Investimentos (Nota 09)	57.169	49.883
Intangível (Nota 10)	14.733	16.241
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	27.921	-
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	513.729	391.736
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	-	21.815
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	113.812	82.711
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	5.570	5.600
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	450	16
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	23.074	19.613
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	47.922	49.285
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	482	-
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	915	-
Operações de Empréstimos e Repasses	26.302	24.992
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 20)	10.016	7.463
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 22)	30.845	24.831

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	270	0,07%	92
Depósitos a prazo	2.083	0,13%	452
Operações de crédito	1.699	0,08%	3.230

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	6.976	4.486

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	2.920	2.233
Despesa de aluguéis	9.506	7.428
Despesa de comunicação	4.083	3.861
Despesa de manutenção e conservação	6.526	5.559
Despesa de material	1.794	2.074
Despesa processamento dados	2.543	1.609
Despesa de promoções e relações públicas	14.177	12.350
Despesa de propaganda e publicidade	2.249	2.534
Despesa de seguro	1.071	1.632
Despesa de serviços do sistema financeiro	10.641	9.792
Despesa de serviços de terceiros	4.381	3.262
Despesa de serviços de vigilância e segurança	5.069	4.484
Despesa de serviços de técnicos especializados	7.050	5.264
Despesa de serviços de transportes	7.362	6.367
Despesa de viagem	4.891	2.696
Despesa de depreciação e amortização	8.903	6.625
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	3.683	3.174
Outras despesas administrativas	13.508	10.938
Total	110.357	91.882

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	5.936	5.775
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	46.543	47.621
Reversão de provisões operacionais	11.481	8.532
Outras rendas operacionais	3.621	4.239
Total	67.581	66.167

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	8.201	4.732
Contribuições Cooperativistas	207	197
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	4.399	2.839
Contribuição Confederação Sicredi	23.694	19.764
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	2.991	2.523
Encargos da administração financeira	241	316
Repasse administradora de Cartões	1.148	1.068
Despesas com cartões	7.611	5.080
Outras provisões operacionais	10.269	8.884
Outras despesas operacionais	12.459	10.895
Total	71.220	56.298

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	452.896	389.160
Coobrigações em cessões de crédito	165	192
Total	453.061	389.352

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	430.181	368.369
Nível I (NI)	427.953	365.009
Capital principal - CP	427.953	365.009
Capital social	148.635	127.697
Reservas de capital	272.222	232.318
Lucros acumulados	21.829	21.235
Ajustes Prudenciais	(14.733)	(16.241)
Nível II (NII)	2.228	3.360
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	2.228	3.360
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	2.688.325	2.259.751
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	7.278	10.177
Margem de Capital (i)	140.628	120.918
Índice de Basileia (PR / RWA)	16,00%	16,30%
Situação de Imobilização (Imob)	106.154	74.278
Índice de Imobilização (Imob / PR)	24,68%	20,16%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Ademir Roque
Diretor Executivo
CPF: 585.087.329-53

Antonio Clarindo Sobrinho
Diretor de Operações / Contador
CRC: PR-049071/O-3
CPF: 615.552.409-25